

SIMBOLISMO E MENTALIDADE: O CASO DA MONARQUIA INGLESA

¹ Larissa Rodrigues da CUNHA

RESUMO

Apesar de a Monarquia representar para a maioria dos ocidentais uma forma de governo ultrapassada, ainda hoje está presente na constituição política de mais de 40 países pelo mundo. A presente pesquisa visa compreender os motivos da permanência desse regime até os dias atuais, tomando como exemplo o caso da Monarquia Inglesa. Para isso, foi analisado o processo em que a monarquia inglesa deixa de ser uma instituição política para se tornar um símbolo cultural. O presente trabalho se direcionou sob a forma de pesquisa bibliográfica com base em autores que trabalham a literatura como fonte histórica para os costumes e valores sociais de cada época; a simbologia como agente da estratificação social, e da construção da mentalidade popular; além de fontes que tratam dos altos e baixos da monarquia, bem como do seu reflexo no panorama econômico e social da população.

PALAVRAS – CHAVE

Simbolismo; Mentalidade; Monarquia.

Introdução

A Monarquia é uma forma de governo em que o poder para governar é investido na figura do rei, que pode permanecer no comando do país vitaliciamente ou até quando considerar pertinente sair. Apesar de a Monarquia representar, para a maioria dos ocidentais, uma forma de governo ultrapassada, sua permanência se tornou uma questão curiosa tanto porque não há uma grande necessidade de sua presença no cenário econômico internacional comandado por grandes empresas e grandes economias que não contam com monarcas em seus comandos.

Além de que, as monarquias contam com um corpo de parlamentares que representam os interesses dos vários setores e grupos da sociedade, como no caso da Monarquia Constitucional inglesa, que tem a figura da rainha como representante do Estado, mas os que governam de fato são os integrantes do Parlamento.

Nesse aspecto, a monarquia inglesa, com seus objetos luxuosos, suas cerimônias requintadas, membros bem trajados, tornou-se um símbolo cultural, pois a grande maioria dos eventos de que participa é direcionada para o público e não aos representantes políticos, além de que qualquer interferência nas questões políticas é mal vista até pela população.

Na história, a monarquia inglesa já foi a mais poderosa do Ocidente, e a dúvida que se apresenta é de como um símbolo de poder como esse deixou de ser uma instituição política para se tornar um símbolo cultural?

¹ Graduada em História – FIRA-Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18.700.902 – Avaré-SP-Brasil – larissarocunha@outlook.com

Para chegar a tal resposta foi preciso observar na história da Inglaterra os períodos de ascensão, auge e queda do poder político da monarquia, atentando para os objetos e costumes que não mudaram ao longo do tempo, como a figura do rei, presente em quase toda a história inglesa, e o peso simbólico e comercial que a monarquia exerce na vida dos ingleses nos dias atuais.

O presente trabalho se direcionou sob a forma de pesquisa bibliográfica com base em autores que trabalham a literatura como fonte histórica para os costumes e valores sociais de cada época; a simbologia como agente da estratificação social, e da construção da mentalidade popular; além de fontes que tratam dos altos e baixos da monarquia, bem como do seu reflexo no panorama social da população.

A força da simbologia na mentalidade popular

Na sociedade contemporânea, é difícil apontar países que não compartilhem aspectos culturais com os demais, principalmente entre os ocidentais, formados pelo processo de expansão dos europeus desde fins da Idade Média.

Essas influências se devem, fundamentalmente, aos grandes avanços tecnológicos produzidos pela humanidade nos últimos séculos. Entre todos esses avanços tecnológicos que transformaram os mais diversos campos da atividade humana, um em especial é o da comunicação.

Ampliada e adaptada, a linguagem permite que muitos indivíduos de países e culturas diferentes se comuniquem e entendam os diversos aspectos do mundo à sua volta. O homem passou a ser capaz de interpretar e de expressar de maneira palpável e material o que, em um passado distante, só conseguia através do simbolismo, definido por Franco Junior como uma “[...] forma de interpretar o universo segundo o qual tudo é símbolo, ou seja, realidade apreendida pelos sentidos e que não tem valor em si, mas como revelação de uma verdade superior, transcendente” (1988, p.192).

Sobre a chamada Idade Média, período de mil anos, que vai do século V ao XV, Franco Junior defende a importância de se estabelecer um novo olhar, não mais como um intermediário e sim como o período de enraizamento dos princípios da sociedade contemporânea, pois, revela “[...] um passado que em muitos aspectos ainda faz parte do nosso presente” (1988, contracapa).

Esse mesmo autor define o símbolo e sua utilidade para o homem medieval, em função da visão universal que este tinha sobre seu mundo, pois “[...] tendo uma cosmologia pela qual todas as partes do Universo estão estreitamente ligadas entre si, o medievo entendia a natureza num sentido muito amplo” (FRANCO JR, 1988, p.151). Por isso, a não separação entre o que é natural do que é sobrenatural, levando os fatos de um a serem interpretados como causa ou consequência de outro, por exemplo, explicando uma catástrofe natural como castigo divino a um pecado muito grave, pois,

[...] naquele mundo no qual todas as coisas eram passíveis de serem vistas como hierofanias, isto é, como algo a mais do que pareciam à primeira vista, uma cosmologia simbólica se impunha com naturalidade. Portanto, o Universo interpretado como um imenso conjunto de símbolos. Sabe-se que na origem o termo grego *symbolum* designava cada uma das metades de um objeto que fora dividido, para que sua junção funcionasse como uma senha, daí o sentido literal de ‘sinal que se faz reconhecer’ [...] é um produto psíquico espontâneo, que exprime algo que não poderia ser formulado com precisão nem compreendido de outra maneira (FRANCO JR, 1988, p.156).

Nesse sentido, o símbolo servia para as instituições políticas e religiosas como uma ferramenta de união entre o alto e o baixo, colocando o rico e o pobre, o divino e o humano no mesmo espaço, na mesma realidade. Assim “[...] o símbolo é inferior à realidade simbolizada, mas através daquele o homem se aproxima desta, restabelecendo a unidade primordial” (FRANCO JR, 1988, p.156).

Não se pode negar que o mundo contemporâneo é repleto de símbolos, tanto quanto no período medieval, devido à amplitude dos mecanismos de comunicação. Mas a importância que é dada a eles é outra, pois a sociedade não mais depende deles, o que os torna fáceis de caírem no esquecimento. Por isso a afirmação de Franco Junior de que “[...] este é um grave problema do mundo atual, no qual os meios de comunicação de massa uniformizam, apagam e constroem fatos incessantemente” (1988, p.180) mostra que os símbolos mais respeitados são os mais antigos, tão impregnados na cultura e na criação, que são invocados de maneira automática e inconsciente (FRANCO JR, 1988, p. 180). Como diariamente se vê o sinal da cruz, quando as pessoas passam em frente a uma Igreja; ou a Monarquia, quando se contam romances de princesas para as crianças; ou ainda, quando se veem estes dois juntos, como representantes e defensores do Bem, do lado bom e bonito da sociedade, em oposição ao seu lado escuro, feio e grosseiro.

Neste aspecto, os estudos de Ginzburg em torno das representações opostas - morfológicas e iconográficas - da humanidade mostram que são de origens independentes, remetendo a heranças biológicas e a tradições indo-europeias, mas profundamente ligados aos interesses políticos e econômicos. Lê-se na passagem que,

[...] a espécie humana tende a representar a realidade em termos de opostos. O fluxo das percepções, em outras palavras, é decomposto na base de categorias nitidamente contrapostas: luz e sombra, calor e frio, alto e baixo. [...] Certa vez, um famoso biólogo observou que sua obsessão centrada na polaridade tem profundas raízes biológicas, na medida em que a mente humana é comparável a um computador observou que opera na base de uma lógica de tipo sim/não, tudo/nada. Mesmo que a física moderna já seja suficientemente imune ao antropomorfismo para não se vincular a esse tipo de lógica, os seres humanos continuam a se comportar e a pensar da maneira mencionada. [...] Essas categorias obviamente, tem um significado cultural ou simbólico, além do nível biológico. Os antropólogos começaram a analisar o significado mutável de algumas delas - a oposição direito/esquerda, por exemplo. Mas entre essas categorias, nenhuma é tão universal como a oposição alto/baixo. É significativo que digamos que algo é “elevado” ou “superior” - ou inversamente, “baixo” ou “inferior” - sem nos darmos conta do motivo por que aquilo a que atribuímos maior valor (a bondade, a força, etc.) deva ser colocado no alto. (GINZBURG, 1989, p. 97 - 98).

Dessa maneira, esse peso biológico, no sentido instintivo, está presente nas relações do homem frente às forças da natureza imensamente superiores a ele; como também nas relações entre os próprios homens, por exemplo, a partir da visão de uma criança pequena, frágil, frente a um adulto, que logo o vê como portador de tudo aquilo que lhe falta; assim ocorre uma “[...] identificação imediata daquilo que é alto com a força, a bondade e assim por diante” (GINZBURG, 1989, p.98). Mesma relação que se estabelece ao chamar reis e príncipes de altezas reais, acima de todos.

As apresentações desta dualidade são tão fortes que, se hoje influenciam nossas escolhas cotidianas, para o homem medieval eram tidas como verdades incontestáveis. Tanto que o oposto, ou seja, o lado negativo, também fazia parte de seu cotidiano em igualdade de forças com o positivo.

[...] De fato, os poderes negativos se constituíam numa realidade palpável para aquela sociedade de tempo rigidamente dividido entre dia e noite, sem luz artificial suficiente, na qual as trevas eram, portanto, fortemente sentidas. Sua presença cotidiana era indisfarçável e esmagadora. As atividades humanas ficavam limitadas às horas diurnas. A noite era o momento do desconhecido, portanto do assustador. (FRANCO JUNIOR, 1988, p.152).

Por conseguinte, o autor conduz a entender o porquê do fato de todos os reis, santos e heróis serem representados na literatura como figuras luminosas em suas características físicas, pois, na maioria das vezes, as vestimentas eram de cores fortes, o porte físico de um cavaleiro pronto para a guerra, com pele clara e cabelos loiros, como a descrição do rei Artur ou a dos deuses nórdicos Odin e Thor.

Convém lembrar que, como o nível de conhecimento que o medievo tinha era provindo do ensino religioso ministrado pela Igreja Católica e de sua observação aos sinais da natureza, com o primeiro pesando muito sobre o segundo, é difícil imaginar que a grande maioria dos homens contestasse que a sociedade estamental e tripartida, delimitada entre clérigos, guerreiros e trabalhadores, não fosse uma representação do mundo divino (LE GOFF, 1980, p. 83), ou que a função dos cavaleiros e dos clérigos não fosse a de defender seu corpo e seu espírito, sendo ele membro de uma dessas ordens ou, principalmente, pertencente à grande maioria da população de trabalhadores pobres, sobre quem tal ideologia era empregada com maior intensidade. Porque

[...]ela tendia a conservar a hierarquia social e política existente condenando os pensadores políticos subversivos que tentavam penetrar nos mistérios do Estado. Tendia a reforçar o poder da Igreja (ou das igrejas), subtraindo os dogmas tradicionais à curiosidade dos heréticos. Tendia, além disso - um efeito marginal de certa importância -, a desencorajar os pensadores independentes que ousassem questionar a venerável imagem do cosmo, baseada no pressuposto aristotélico-ptolomaico de uma contraposição nítida entre os céus incorruptíveis e um mundo sublunar (isto é, terreno) corruptível. (GINZBURG, 1989 p. 99).

Parece haver uma longa distância entre o homem do século XI e o do século XXI, mas o propósito é mostrar que eles são mais próximos do que parecem à primeira vista, principalmente em se tratando das especificidades do homem inglês, posto que a Inglaterra, mesmo tendo passado por tantos processos revolucionários nos âmbitos político e econômico, não deixou de reverenciar e utilizar seus símbolos monárquicos nas relações diplomáticas com o exterior. Em especial, porque ela foi, por muitos séculos, a maior potência política e econômica da Europa e influenciou de maneira direta e indireta a formação de grande parte dos países do mundo. Tanto que o inglês atualmente é usado como a língua padrão nas relações internacionais. Como Santos bem explica “[...] cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes” (1989, p.12). Além disso, deve-se sempre lembrar que

[...] O esforço de entender, de localizar traços e características que as distingam, pode acabar levando a que se pense a cultura como algo acabado, fechado, estagnado. ‘Como já disse antes’, as culturas humanas são dinâmicas. De fato, a principal vantagem de estudá-las e por contribuírem para o entendimento dos processos de transformação por que passam as sociedades contemporâneas. (SANTOS, 1989, p.25).

O que leva a pensar que os hábitos considerados rígidos no passado se tornem questões de livre escolha (ou quase) na atualidade, pois se tratam de duas realidades distintas. No entanto, ao mesmo tempo em que este último propõe às novas gerações maiores níveis de conhecimento do que as gerações anteriores receberam, não se pode esquecer de que o jogo entre significante e significado, ou seja, a relação entre o símbolo e seu valor, seja ele no nível consciente ou automático, permanece e muda, de acordo com os interesses da configuração da sociedade estabelecida, ou mais precisamente de sua elite, que sendo a mais bem instruída, tem uma visão mais clara das estruturas e contingências da sociedade, sendo capaz de espalhar seus tentáculos sobre as mais diversas áreas sociais, como a saúde, a educação e a religião, mantendo as desigualdades sob seu domínio:

[...] De fato, ao longo da história a cultura dominante desenvolveu um universo de legitimidade própria, expresso pela filosofia, pela ciência e pelo saber produzido e controlado em instituições da sociedade nacional, tais como a universidade, as academias, as ordens profissionais (...) é importante ressaltar que é a própria elite cultural da sociedade, participante de suas instituições dominantes, que desenvolve a concepção de cultura popular. Esta é assim duplamente produzida pelo conhecimento dominante. Por um lado porque, na formação de seu próprio universo de legitimidade, muitas manifestações culturais são deixadas de fora. Por outro lado porque é o conhecimento dominante que decide o que é cultura popular. (SANTOS, 1989 p.55)

O estudo dessa dinâmica cultural entre o popular e o erudito levou muitos historiadores a buscarem as maneiras de como isso se deu ao longo da História. Alguns como M. Vovelle e J. Le Goff, investigaram, através dos símbolos e suas representações, como se caracterizaram as relações entre os homens, e mostraram como “[...] a iconografia é um meio privilegiado para se compreender a dialética entre as realidades materiais e o olhar lançado sobre elas” (VOVELLE, 2004, p. 87), não somente por se tratarem de fontes abundantes, como também, quando relacionados a outras fontes, apresentarem novas perspectivas de reflexão (VOVELLE, 2004, p.87). E, portanto, a própria maneira que o autor descreve, na sequência, a ‘popularização progressiva’ das gravuras e dos ícones religiosos, mostra que os símbolos e seus significados se movimentam de cima para baixo, mais visíveis num espaço de tempo muito mais amplo do que o breve período de um fato.

Esse estudo chamado de Longa Duração, ou de Mentalidades, é um campo ainda jovem, constituído no século XX, formado sobre parâmetros e amplitudes ainda discutíveis por seus teóricos. É o exame dos processos mais inertes da sociedade, aquelas características mais enraizadas no comportamento dos grupos humanos, ou seja, costumes, crenças, visão de mundo, pois “[...] sem dúvida que a mentalidade é o que mais lentamente muda nas sociedades e nas civilizações” (LE GOFF, 1980, p. 85). Em outras palavras, é o “[...] nível onde as participações se manifestam em atitudes e representações coletivas” (VOVELLE, 2004, p. 271). Ou seja, onde se consegue definir e nomear os grupos (nobreza, burguesia, proletariado contemporaneamente, ou servos, em se tratando de Idade Média), e como se articulam no processo histórico.

“As mentalidades remetem, portanto, de modo privilegiado, à lembrança, à memória, às formas de resistência” (VOVELLE, 2004, p.19): tudo aquilo que está no inconsciente da população, no seu “imaginário, incluindo a religião, a literatura e a arte, em resumo, a ideologia sob suas formas elaboradas” (VOVELLE, 2004, p. 54), as quais são realizadas sem os indivíduos se darem conta do que estão fazendo, e que determinam suas reações frente às questões diversas do cotidiano, como o simples hábito de contar os contos de fadas para as crianças, ou ainda dar mais valor à opinião ou aos hábitos de um

dito rei, sendo que em seu país ou cultura a forma de governo estabelecido é outra que não a monarquia.

Traços esses, que aos olhos comuns parecem sem importância, deixam a sociedade atual com bem menos força e consciência para questionar os aspectos mais importantes. Como as questões da vida política da uma região, Estado ou nação, que tramitam sem o entendimento da imensa maioria da população. E isso não é exclusividade de países do chamado Terceiro Mundo – de raízes coloniais –, e sim uma questão de classes dominantes e dominadas presente em todos os países, pois como Bourdieu afirma ao tratar sobre os símbolos e seu poder: quem domina necessariamente usa de todos os artifícios para se manter no poder e evitar que o outro ascenda política e economicamente, adquirindo condições de tomar o seu lugar.

[...] A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produto da cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de detenção) e que legitima as detensões compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2004, p.10).

Alem do campo da iconografia, Vovelle também aponta como fonte desse estudo a literatura. Porém, com mais ressalvas que o primeiro, pois como vemos acima “[...] é evidente que a literatura assim como as demais expressões da ideologia, ao mesmo tempo em que a refletem, também contribuem para moldar a sensibilidade coletiva por intermédio de todos os suportes formais que elas lhe oferecem” (2004, p. 62). Desse modo, é devido sempre lembrar que o discurso literário é um instrumento da cultura dominante, posto que

[...] a longo prazo, que muitos concordam em reconhecer como o tempo próprio da história das mentalidades, a literatura veicula as imagens, os clichês, as lembranças e as heranças, as produções sem cessar distorcidas e reestilizadas do imaginário coletivo. Não chegamos a falar nem do conto, nem da lenda, mas é evidente que toda mitologia passa por uma expressão literária (VOVELLE, 2004, p.63).

Ele também deve ser tratado com cuidado, pois não é uma transfusão do mundo real, integral, para o imaginário literário (ROSENFELD, 1986), mesmo porque o discurso literário vai resistir por um tempo muito mais longo que o breve período ‘retratado’, de modo que se houver uma personagem com um correspondente real, isso se torna cada vez mais improvável à medida que o tempo passa, e o relato se torna conhecido em outras regiões, ganhando outros contornos e novas perspectivas. A literatura também condensa nesse breve espaço – tempo da história – características da estrutura social que demoraram um século ou mais para mudar. Nesse ponto, vê-se como Rosenfield aborda a relação dos textos literários com o contexto sócio-político da sociedade medieval do período entre os séculos X a XIII:

[...] E, portanto, este movimento *estético* que faz da literatura um “documento” histórico de primeira ordem: é nestas constelações que se “materializam” (sem se encarnarem) os conceitos *possíveis* de um momento histórico, e que se manifesta, não apenas como um universo ficcional e utópico, mas o que parece realizável, sob a condição de que se assumam contingências de uma condição social, política e econômica. (ROSENFELD, 1986, p. 26).

Entres esses autores, pode-se ver que a literatura é um importante instrumento para melhor se pensar o passado, à medida que se torna mais distante do presente, pela ‘confiabilidade’ do testemunho no que concerne às questões sociais. O próprio Vovelle argumenta que é mais fácil descrever a vida social no século XVI se apoiando em textos literários do que somente nos registros oficiais. Pois os referidos textos podem comportar no mesmo relato os princípios defendidos pela sociedade, os costumes e comportamentos diários. E quando associados à iconografia e aos estudos em torno dos registros sobre as atividades humanas com o “[...] uso do solo, habitat, produção, demografia,” (VOVELLE, 2004, p. 283), resultam em uma melhor perspectiva do período ou do objeto estudado.

Formas de representação simbólica da monarquia inglesa durante a Idade Média

A influência que a monarquia inglesa exerceu na cultura ocidental é perceptível através dos símbolos, que resistiram até os dias de hoje. Dentre os mais característicos pode-se citar a figura do rei, que esteve presente na organização político-social da Inglaterra desde seus primórdios, com os variados povos que ocuparam a região ao longo de sua história. Como os celtas (os pictos e os escotos), os romanos, os germânicos (anglos, saxões e os jutos), os vikings (danos ou dinamarqueses) e os normandos com Guilherme, O Conquistador, em 1066, reclamando o direito por herança sobre elas, pelo parentesco com Eduardo, O Confessor (1042 - 1066) (ARRUDA, 1984).

A conquista de Guilherme, especialmente, transformou a forma de organização política e econômica da Bretanha, de um “campesinato dependente”, sem uma relação de dominação sobre os trabalhadores, por um “Feudalismo centralizado” nos moldes normandos, pois, ao estender seus domínios, dividiu as terras do reino, ficando uma parte com a coroa e o restante sendo distribuído em feudos para os soldados que o acompanharam na conquista, o que estabeleceu entre eles a relação de vassalagem com o rei, podendo ter seus próprios vassalos, que também eram vassalos reais, o que, [...] “ao contrário do que ocorria, por exemplo, na França, não provocava na Inglaterra a pulverização dos poderes públicos” (FRANCO JUNIOR, 1991, pp.74-75).

O respeito à monarquia e a tudo que ela representa é preservado desde a antiguidade, nas cerimônias, nos rituais, nas condutas sociais, na educação. Posto que, como destaca Le Goff, as figuras dos reis eram, nesse período, “os verdadeiros lugares-tenentes de Deus na terra” (1980, p. 83), isto é, a pessoa que carrega em si o poder de manter o equilíbrio da ordem social estabelecida. Fundamento fortalecido pelas perspectivas a seguir.

Na literatura, esses aspectos são apresentados nas histórias dos Cavaleiros da Távola Redonda, de Chretien de Troyes, dos séculos XII a XIII. Em tais narrativas, podem-se ver as características ou qualidades mais profundas do ideal cavallheiresco as quais permeavam os romances da cavalaria. Além dos princípios básicos: “[...] fidelidade à palavra dada e lealdade perante todos; generosidade, proteção e assistência aos que delas

precisam; obediência à Igreja, defesa de seus ministros e de seus bens” (PASTOREAU, 1989, p. 48). Essas qualidades são representadas por dois termos do francês antigo: “*largesse*” e “*courtoisie*”, que segundo o autor significam:

Largesse é ao mesmo tempo a liberdade, a generosidade e a prodigalidade. Ela supõe a riqueza. Seu oposto é a avareza e a busca do lucro, que qualificam os mercadores e burgueses das comunas, constantemente ridicularizados por Chrétien de Troyes e seus imitadores. Numa sociedade em que a maior parte dos cavaleiros vive mesquinamente dos que lhe dão ou concedem seus protetores, é normal que a literatura exalte as oferendas, as despesas, o desperdício, e a manifestação do luxo.

Courtoisie é ainda mais difícil de definir. Compreende todas as qualidades que acabamos de enumerar, e mais: a beleza física, a elegância, e o desejo de agradar; a doçura, o frescor da alma, a delicadeza de coração e de maneiras; o humor, a inteligência, uma polidez requintada e, para dizer claramente, um certo esnobismo. Pressupõe também a juventude, a liberdade de todo apego para com a vida, a disponibilidade para a guerra e os prazeres, a aventura e a ociosidade. Seu oposto é a “vilania”, defeito próprio dos vilões, dos rústicos, das pessoas malnascidas e, sobretudo mal-educadas. Para ser cortês, a nobreza de berço não basta; os dons naturais devem ser refinados por uma educação especial e alimentados por práticas cotidianas no palácio de um grande senhor. O modelo é a corte de Artur. É lá que encontramos as damas mais belas, os cavaleiros mais valentes, as maneiras mais delicadas. (PASTOREAU, 1989, pp. 48-49).

Essas virtudes que a princípio remetem a conteúdos morais do cavaleiro medieval não só se restringem a postura ética, mas, e principalmente, à sua aparência física, que deve destoar das outras pessoas que eram, na maioria, mais pobres do que ele, deixando bem definidas as divisões sociais da população.

Permeando essas características sociais mais evidentes na literatura que na vida real – na qual, lembrando que, “[...] os autores não deformam senão aquilo que existe; não constroem suas quimeras senão a partir do que conhecem” (PASTOREAU, 1989 p.175) – está uma característica inerente ao povo inglês desde o princípio: seu tom nublado e frio, que domina a atmosfera da região em boa parte do ano, caracteriza os romances da Távola Redonda com um ar de mistério singular frente às demais obras da literatura, tanto porque

[...] recorrem a elementos de estranheza que lhes são próprios, e que na maioria dos casos se originam dos contos célticos da Irlanda e do País de Gales. A fusão desses diversos elementos constitui o maravilhoso bretão, essa atmosfera estranha, ambígua e fascinante que confere à literatura arturiana uma sedução ímpar. Aqui há poucas descrições superlativas; tudo aparece em meios tons e interrogações. O que é omitido é quase mais importante do que é dito. Trata-se menos de excitar a admiração do leitor do que deixar vadiar sua imaginação. Também não é preciso ir à Índia para encontrar criaturas extraordinárias: aqui o mundo dos mortos roça o dos vivos, e a fronteira que os separa não é de modo algum impermeável. Basta que o cavaleiro errante atravesse uma charneca, um rio, uma floresta, para penetrar inadvertidamente no reino dos deuses e das fadas; basta que embarque solitário numa nau abandonada para ser conduzido a um lugar misterioso em que o aguarda seu destino. (PASTOREAU, 1989, p. 171).

Esse ar de mistério que caracteriza a figura masculina dos contos, principalmente do herói – como Tristão, Artur e Lancelot –, é transmitido à sociedade como a postura

ideal para os homens, principalmente os que têm a função de defendê-la, como o rei e a nobreza que o cerca. Uma postura calma e resguardada, mas ao mesmo tempo pronta para a luta, seja para se defender no seu ambiente, seja para conquistar novas terras, sempre em defesa do Bem, inerente a ele, como uma “identidade histórica da realeza, assim como o princípio sobre o qual ela se funda: o domínio do tempo, a garantia de continuidade do Bem, a vitória sobre o mal” (ROSENFELD, 1986, p.123).

Em Bloch, pode-se ver uma perspectiva diferente em torno do respeito à monarquia, em que o rei era um indivíduo sagrado perante todos. Essa concepção vem dos costumes germânicos anteriores ao período de invasões ao império romano, pois

[...] os reis eram entre os germânicos escolhidos apenas em certas famílias nobres- sem dúvida, em determinadas famílias hereditariamente dotadas de uma virtude sagrada. Os reis eram considerados seres divinos ou, pelo menos, originados dos deuses. Os “godos”, diz-nos Jordanes, “atribuindo suas vitórias à feliz influência que emanava de seus príncipes, não quiseram ver neles simples homens; deram-lhes o nome de Ases, isto é, semideuses”. Reencontra-se a palavra Ases nas antigas línguas escandinavas; ali, ela servia para designar os deuses ou certas categorias destes. Conservamos várias genealogias régias anglo-saxãs: todas remontam a Wotan. Dessa fé na origem sobrenatural dos reis decorria um sentimento lealista. (BLOCH, 1999, p. 71).

O que levou, por conseguinte, que se considerassem as figuras dos reis da Inglaterra e França, nos meados da Idade Média, portadores do poder de curar por milagre, pois já eram tidos como figuras sagradas desde a antiguidade, mesmo com a pressão do Império Romano para sufocar qualquer atividade que fosse considerada pagã (BLOCH, 1999, p.72).

Os reis médicos se limitavam a curar – tocar com as mãos – somente as infecções hoje conhecidas como “[...] adenite tuberculosa, ou seja, as infecções dos gânglios linfáticos provocados pelos bacilos da tuberculose” (BLOCH, 1999, p. 51), que naquela época eram conhecidas como escrófulas. A inflamação, como hoje, atacava os gânglios do pescoço, mas muitas vezes, pela falta de higiene das condições sociais da época, causava feridas na face, o que inspirava nojo e repulsa entre as pessoas (BLOCH, 1999, p. 51). O detalhe destacado por Bloch é que essa doença não era fatal; muitas vezes a cura seguia-se naturalmente algum tempo depois do toque, fazendo com que se pensasse que as mãos dos reis haviam combatido tal mazela. Mas o desespero por uma cura é o fator efetivamente determinante neste assunto.

Na conquista normanda sobre as ilhas, foi implantado um governo centralizado nas mãos do rei, de maneira que todos os indivíduos, em todos os lugares, deveriam saber que tinham um soberano sobre suas vidas e suas terras, de forma legítima e autêntica. E no período que governaram (1066 – 1135), a dinastia normanda, aproveitando-se de um traço característico dos costumes tradicionais, usou de seu poder sobre a mente de seus súditos para garantir a sua permanência e as de seus sucessores à frente do trono, como herdeiros de seus dons terrenos e divinos (BLOCH, 1999, p.54). Costume respeitado pela medicina, tolerado pela igreja e cultuado pela população, o qual permaneceu na mente de seus súditos até o século XVIII, quando não passava mais de uma prática supersticiosa dadas as transformações políticas e religiosas ocorridas na Inglaterra ao longo dos séculos anteriores.

As manifestações simbólicas da monarquia inglesa que resistiram ao tempo

A monarquia atual é uma visível recordação do que foi a sua glória em outros tempos. A riqueza dos detalhes materiais e do protocolo cerimonial nas atividades da Família Real inglesa serve mais à especulação pública e ao estreitamento diplomático com o exterior do que propriamente exerce uma importância política dentro do país.

Desde seu período monárquico mais forte – sob o feudalismo normando –, o reino inglês passou por períodos de estabilidade política intercalados por importantes períodos de crise que minaram aos poucos o poder dos monarcas na mente de seus súditos.

Entre os mais importantes podemos destacar o inconstante Absolutismo dos Stuart, marcado pela falta de um exército bem equipado comparável ao das outras nações; a escassez de recursos financeiros, pois o que tinha serviu para garantir as administrações anteriores; além das constantes desavenças religiosas; mais a inabilidade diplomática e administrativa de seus sucessores, que levou a uma crise generalizada que minou de vez o poder monárquico na Revolução Inglesa de 1640 (ANDERSON, 1995, p.120)

Em Hill, pode-se ver que o período (pouco mais de 20 anos) de Guerra Civil foi o mais turbulento da história inglesa, marcado por uma contestação geral da população a todas as instituições, crenças e posições sociais, antes inquestionáveis.

À medida que a crise ia esfriando, as rivalidades e as disputas por poder se restringiam à esfera política. Já entre as classes mais pobres, havia um sentimento, “[...] um desejo automaticamente popular de que voltasse a velha Igreja, com seus doces e quermesses, embora não necessariamente os seus bispos” (HILL, 1991, p. 357), ou seja, as velhas estruturas mentais voltaram à tona, emergindo sobre as turbulências do período.

Um desses sentimentos era a fé no dom taumaturgico, cultuado por uma boa parte da população que lembrava e acreditava no poder dos reis. Embora o fizesse com bem menos alarde do que em outros tempos, essa crença contribuiu para a restauração da Monarquia, com os Stuart em 1660.

O golpe final às pretensões políticas da monarquia foi dado com a Revolução Gloriosa de 1688, quando Guilherme de Orange assina a Declaração de Direitos, que impede os detentores da coroa inglesa de tentar intervir em qualquer assunto político, reservado somente ao Parlamento (HILL, 1991, p. 31). A partir desse momento, a Inglaterra passa a se caracterizar definitivamente pelas propostas defendidas pelo Parlamento no período pré-revolucionário, com uma conjuntura social e política que garantia “[...] soberania parlamentar, monarquia limitada, política externa imperialista, em suma, um mundo seguro e lucrativo para os homens de negócio”. (HILL, 1991, p. 31).

Sobre esse período, Arruda afirma que, tanto a Revolução Industrial, como o imperialismo do século XIX, são consequências do resultado das Revoluções Inglesas que, “não é uma revolução na qual a burguesia participa diretamente da luta, mas uma revolução que abre espaço para o avanço do capitalismo” (1996, p. 53).

Em meio à crise no seio da nobreza inglesa anterior e durante o período revolucionário, destaca-se a ascensão da *gentry*, uma classe formada por proprietários de terras remanescentes do período feudal os quais produziam para o mercado. Também conhecida como pequena nobreza, esta se fortalecia em torno dos prejuízos causados pelas incursões militares custosas e, às vezes, fracassadas, que a nobreza realizava no continente “[...] em nome de um orgulho marcial, que, ainda estava vivo na memória da classe dominante inglesa da época” (ANDERSON, 1995, p.122).

A *gentry* tinha seu prestígio baseado em riqueza de terras e não em títulos de nobreza, daí a sua distinção com relação aos condes, duques, viscondes e barões. *Gentlemen* era o nome dado aos pertencentes a esta classe que, possuindo riquezas semelhantes aos nobres de brasões, almejavam o mesmo *status* que eles, e para isso, esse homem “precisava ter uma vida gentil, isto é, isenta de trabalho manual e de suas penas” (HILL, 1991, p. 29). Assim, cultivavam entre os seus pares uma gentileza expressa pela

aparência, através da postura, do frescor e delicadeza nos gestos e sofisticação nas vestimentas, como os cavaleiros e as damas da literatura cortês, dos tempos áureos da monarquia inglesa.

O ingresso da pequena nobreza na aristocracia reforçou uma reação entre os nobres, no sentido de uma estratificação nos níveis de importância dos direitos de primogenitura (ANDERSON, 1995, p. 125). Traço que perdura até hoje na Inglaterra, separando os nobres, aos quais são resguardados os respeitos mais cerimoniais, do grupo formado pelos meramente ricos e milionários burgueses e pelo restante da sociedade que só vê um dos seus ser elevado a um nível de respeito, quando um indivíduo se torna notável em questão de honra e influência dentro da sociedade, e recebe das mãos do soberano um título de cavaleiro. Entre os mais conhecidos estão: Sir James Paul McCartney, Sir Arthur Conan Doyle, Sir Isaac Newton, e tantos outros que representaram o país ou que tiveram uma conduta de vida digna, espelho para a sociedade. Posto que o título de nobreza [...] “é um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)” (BOURDIEU, 2004, p.148).

Com relação a isso, em Hill, pode-se ver que, após a restauração da monarquia – com a limitação de seus poderes –, foi organizado “[...] um sistema de dominação de classes que se revelou extraordinariamente resistente à passagem de tempo” (1991, p. 366), baseado em princípios protestantes, como a racionalidade e a autocensura, percebidos em personalidades intelectuais que possuíam meios para descobrir o mundo e reinventar a tecnologia, sem deixar de serem conservadores e repressivos. [...] “Iguais a Newton nesse ponto, os formadores de opinião dessa sociedade se autocensuravam. Nada era impresso que pudesse assustar os proprietários. [...] A autocensura implicava satisfação consigo mesmo.” (HILL, 1991, pp. 366-367).

Uma postura que engloba também qualidades como a elegância, aparente ingenuidade, sobriedade nas questões públicas e privadas, e um respeito impar à privacidade. Aos olhos dos outros países e culturas, a postura do *gentleman* é a mesma dos príncipes dos contos de fadas europeu, tanto que é comum as pessoas esperarem de um inglês uma postura diferenciada.

Uma revolução não muda completamente um sistema social, ela muda basicamente uma característica fundamental para que o sistema sobreviva, seja na infraestrutura ou na superestrutura. O restante das características que formavam aquela cultura entra num processo seletivo demorado e gradual, de adaptação à nova conjuntura social, ou seja, a população cultiva os mesmos rituais e símbolos até que os que condizem com a nova estrutura sejam preservados e se perpetuem, e os que não condizem com o novo sistema entrem em desuso, ficando somente na memória ou desaparecendo para sempre.

Em outras palavras, a título de comparação, pode-se ver que, na Revolução Francesa, a burguesia revolucionária conquistou o poder e passou a ser reacionária às ambições e necessidades do povo, mantendo o símbolo da monarquia como representante do antigo regime, portanto, do ultrapassado, inferior à República e aos seus lemas. Já na Inglaterra, depois das revoluções inglesas, a burguesia também se beneficiou com os poderes políticos e econômicos, mas manteve como símbolo principal do país a monarquia, que passou de detentora do poder para um instrumento de poder (BOURDIEU, 2004, p. 150). E preservado como tal é uma ferramenta ideológica para guiar e unir o povo, sob a mesma insígnia, sob os mesmos princípios, sob uma identidade nacional reforçada pela figura da rainha, a ponto de os domínios da Grã Bretanha serem chamados de ‘terras da rainha’.

Por sua vez, é uma áurea de mistério, beleza e encanto em torno da monarquia britânica, especialmente, por ser a mais conhecida, que move os interesses da sociedade

econômica atual. O que ocorre através das imagens e objetos veiculados pelas mídias, e de uma grande população interna e estrangeira amante da monarquia, disposta a comprar qualquer informação ou imagem nova dos ícones que despertam tantos sonhos e fantasias (LEBRUN, 1984, p.14). Por conseguinte, os rendimentos da circulação de dinheiro em torno da imagem da Família Real não são pequenos, ela [...] “atrai às ilhas dez vezes mais o dinheiro que se gasta com ela. Calcula-se que a receita do turismo esteja perto dos 500 milhões de libras” (MACHADO, *online*, 2015).

Todas as perspectivas em torno da vida da rainha e da Família Real são observadas, comentadas, muitas vezes criticadas, e, ainda mais, tomadas como referência. Como o fato de a rainha Elizabeth II completar em 2015 exatamente 63 anos e 217 dias à frente do trono inglês, o mais longo mandato de um monarca inglês. Décadas de elegância, descrição e luxo, nada a mais do que o esperado dela e dos outros (G1, *online*, set/2015).

A construção de uma identidade nacional, baseada nos feitos históricos de uma nação que é originária de povos guerreiros, descendente da monarquia mais forte e poderosa do Ocidente e que se tornou um dos impérios coloniais mais extensos que o mundo já viu, produziu um sentimento comum e oculto de superioridade no povo inglês, provada não por discursos eloquentes, mas por gestos e posturas que são extremamente profundos no inconsciente popular.

Conclusão

Em suma, os caminhos condutores desta pesquisa procuraram investigar, através das imagens físicas e literárias, os motivos da permanência da monarquia em tempos tão burgueses, tomando como referência a casa real mais famosa que já existiu: a monarquia inglesa. Buscou-se compreender a razão de sua permanência, que engloba não só os seus símbolos, como o país de forma geral: seu tamanho, a localização, seu povo e sua história.

A formação da Grã-Bretanha se deu quase que inteiramente durante a Idade Média, período em que a Igreja Católica dominou as bases do pensamento humano e formou os alicerces das construções humanas que se constituíram nos períodos seguintes. Vem desse período a construção das escolas, das universidades, do relógio, do tempo...

Foi o período em que mais se acreditou na existência do Mal, latente e presente, em igualdade de forças com o Bem, senão ainda mais poderoso. Pois poderia atacar fisicamente através de uma invasão, de uma armadilha na estrada, do banditismo que se afluía em determinados períodos; e também de maneira sobrenatural, com as bruxas, monstros, seres encantados e poderosos que poderiam influenciar tanto negativamente quanto positivamente. Em resposta a esse perigo iminente, em todas as regiões existiam legiões de homens armados prontos para defender seus reinos, comunidades e famílias. Vem dessa belicosidade a imensa quantidade de contos e figuras literárias de cavaleiros fortes e destemidos, símbolos de honra e coragem, lembrados até hoje pelos contos de fadas.

Em geral, todo esse contexto era visto por todos, trabalhadores, nobres e clérigos, como parte da mesma realidade. Esse universalismo era carregado de crenças e superstições mais profundas do que as que temos hoje e interpretado por todos através dos símbolos, tanto que até as catástrofes naturais eram entendidas como expressão da vontade do Bem ou do Mal.

Ao longo de sua história, a Inglaterra teve a figura do rei como símbolo principal de proteção e guia físico e espiritual, para a defesa dos ataques vindos do exterior ou do sobrenatural. Por mais que os novos tempos não pareçam compatíveis com sua existência, a monarquia ainda é símbolo de uma forma de ser do povo inglês, singular entre todas as outras culturas. Herança de um universalismo no qual os ingleses ocupavam uma posição de superioridade no mundo.

O processo das Revoluções Inglesas que levaram à perda dos poderes políticos dos monarcas também demonstrou, para aquela sociedade, o quanto a monarquia era, e ainda é, importante para os ingleses. Pois a Inglaterra que se desenhou depois deste período era liberal para as atividades econômicas e extremamente conservadora para as atividades pessoais.

Em suma, a Monarquia Inglesa ainda existe, e continuará a existir, como mantenedora de uma tradição, de uma identidade nacional que os ingleses cultivam na educação e que os diferencia pela postura esguia, educada, consciente e elegante. São costumes transmitidos espontaneamente de geração em geração pela educação que recebem e repassam e perpetuam. Característica essa que expressa uma superioridade que a Inglaterra impôs na sua história a várias culturas e nações pelo mundo.

Referências

ANDERSON, P.. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARRUDA, J. J. A.. **História Antiga e Medieval**. 7 ed. São Paulo: Ática, 1984.

_____**A Grande Revolução Inglesa, 1640 – 1780**: Revolução Inglesa e Revolução Industrial na Construção da Sociedade Moderna. São Paulo: Departamento de História – FFLCH – USP/ HUCITEC, 1996.

BLOCH, M.. **Os Reis Taumaturgos**: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOURDIEU, P.. **O Poder Simbólico**. 7 ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FRANCO JR, H. **Idade Média**: nascimento do Ocidente. 2 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____**O Feudalismo**. 10 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GINZBURG, C.. **Mitos, Emblemas e Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HILL, C.. **A revolução inglesa de 1640**. 3 ed.. Lisboa: Presença, 1985.

_____**O mundo de ponta cabeça**: Ideias radicais durante a Revolução de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Sociologia Geral**. 4 ed.. São Paulo: Atlas, 1982.

LEBRUN, G.. **O que é Poder?** 9 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média:** tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1980.

MACHADO, R.. **Rainha Elizabeth II bate recorde de longevidade no trono britânico.** Disponível em: <<http://www.g1.globo.com>>. Acesso em 23 dez.2015, às 11:59min.

PASTOREAU, M.. **No Tempo dos cavaleiros da Távora Redonda:** (França e Inglaterra séculos XII e XIII). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAINHA Elizabeth II se torna monarca a ocupar mais tempo o trono britânico
<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015,09/09/201505h00> - Atualizado em 09/09/2015 11h12, acesso em 23/12/2015, às 11h40min.

ROSENFIED, K. H.. **A História e o Conceito na Literatura Medieval.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, J. L.. **O que é Cultura.** 8 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

VOVELLE, M. **Ideologias e Mentalidades.** 2 ed.. São Paulo: Brasiliense, 2004.